radis

novembro 82 súmula 3.1

projeto radis reunião, análise, difusão de informação sobre saúde

Novas estatísticas de mortalidade

Estatísticas de Mortalidade — Brasil — 1979, lançada na última semana de outubro, em Brasília, constitui a retomada da publicação dos dados de mortalidade por causas, abrangendo 70% dos municípios do país. Com dados organizados pela Divisão Nacional de Epidemiologia da Secretaria Nacional de Ações Básicas do Ministério da Saúde, o trabalho se baseia nos óbitos registrados em Cartório de Registro Civil e cobre 83% da população brasileira. Essa publicação vem preencher uma importante lacuna, já que atualmente o único material disponível nesse sentido são as *Estatísticas do Registro Civil,* publicadas anualmente pelo IBGE, que não consideram as causas das mortes.

"Dois problemas contribuem para que não seja conhecida a totalidade dos óbitos ocorridos. A cobertura incompleta do subsistema nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e o sub-registro de óbito." Quanto à cobertura desses dados, realmente ela cai de uma situação quase ideal nas regiões Sul e Sudeste — onde 99,1% e 98,6% da população residente é abrangida — para uma cobertura de 75,8% na região Norte, 62,2% no Centro-Oeste e apenas 58,8% no Nordeste.

Além de uma ampla introdução técnica caracterizando os aspectos operacionais e metodológicos do "Subsistema de informações sobre mortalidade", a publicação apresenta os seguintes dados: municípios existentes em 1979, população, municípios com óbitos informados em 1979 e respectiva população, por Unidades da Federação; óbitos de residentes por causa, sexo e idade, Brasil, 1979; óbitos de residentes por causa, sexo e idade, por Unidades da Federação e capitais.

Segundo informações colhidas junto à Divisão Nacional de Epidemiologia, espera-se ainda para este final de ano a publicação das *Estatísticas de Mortalidade* referentes ao ano de 1980.

CEME defende programa de apoio à indústria nacional

Sucessivas declarações do novo presidente da Central de Medicamentos (CEME), José Felício Scardua, deixam claro seu propósito de revigorar a empresa. Após propor e conseguir algumas alterações na estrutura administrativa e orçamentária da CEME, particularmente nas áreas financeiras, de licitação e de pessoal, Scardua passou a desenvolver uma campanha sistemática de divulgação dos objetivos que nortearão a nova fase da empresa. No 1º Congresso das Entidades Médicas, em fins de setembro, no Rio de Janeiro, declarou que pretende *"dar uma cobertura ampla e total à população carente e também combater as doenças que incidem na população de zero a cinco anos e gestantes, incluindo as transmissíveis".* Defendeu um programa de apoio *"explícito e agressivo"* aos empresários nacionais, *"para que eles com incentivos governamentais, através da FINEP e do BNDES, possam realmente implantar uma estrutura de produção de matérias-primas no país"*

No encerramento do Encontro Nacional de Dirigentes de Produção, Distribuição e Controle de Qualidade de Medicamentos, na primeira quinzena de outubro, Scardua disse querer acabar com a estrutura *"paternalista"* existente na CEME, *"que a torna dependente em todos os sentidos da indústria multinacional".* Para tal, já alertou os 22 laboratórios integrantes do sistema oficial quanto às restrições que o não enquadramento nas novas normas irá acarretar. Ressaltou que todas as unidades do sistema produtor de remédios da CEME deverão criar um *"clima propício ao mútuo apoio e à transferência de tecnologia".*

Por fim, em palestra promovida pela Associação Médica de Brasília e pelo Sindicato dos Médicos do D.F., Scardua ratificou seu objetivo de apoiar a indústria químico-farmacêutica *"genuinamente nacional"*, particularmente por ocasião das licitações para aquisição dos 350 remédios da Rename. Fortalecer a indústria de especialidades farmacêuticas, visando substituir importação de insumos e a implantação de unidades-piloto para absorção e adequação de tecnologias, são duas outras prioridades de Scardua, pela segunda vez à frente da CEME. *(ESP 26/09, 29/09, 07/10, 09/10, 22/10)*

Orçamento maior para endemias

O programa de combate às endemias da Superintendência Nacional de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) contará, em 1983, com Cr$ 26 bilhões, o que representa 115% de aumento em relação ao orçamento de 1982. A maior parcela — Cr$ 10,6 bilhões — se destina ao combate da malária, que ainda não poderá ser totalmente controlada devido aos grandes movimentos populacionais na Amazônia.

Os Cr$ 5,5 bilhões destinados ao combate à doença de Chagas permitirão cobrir entre 50% a 60% da área infestada, sendo que em Minas Gerais e na Bahia a participação dos governos locais ampliará a área de atuação. Em Goiás, onde a incidência do mal também é grande, só será possível atender de 40% a 50% do território. Os Cr$ 2,7 bilhões do programa contra a esquistossomose permitirão o atendimento a todo o Nordeste, ficando fora do programa algumas regiões da Bahia e de Minas Gerais. No combate à febre amarela serão aplicados Cr$ 2,8 bilhões com a vacinação em áreas rurais da Amazônia e do Centro-Oeste. Outras endemias como peste, filariose e leishmaniose terão uma verba de Cr$ 1,2 bilhões.

Aos trabalhos de pesquisa — aplicação da droga mefloquina no combate à malária, incidência de leishmaniose e a busca de uma vacina contra esse mal — serão destinados Cr$ 67 milhões. (OG 31/10)

Malária: controle difícil

Durante os debates do 5º Congresso Médico da Amazônia, alertou-se que a incidência da malária poderá duplicar ou até triplicar dentro de dois a três anos, principalmente devido a problemas no combate ao vetor da doença (mosquito anofelino). Foi ainda relatada uma pesquisa ressaltando o papel das migrações na expansão da doença, identificando 70 fluxos regulares de malária no país, sendo que o principal converge para o Maranhão. Também o superintendente regional da SUCAM no Pará acentuou que os grandes projetos naquela região provocam o surgimento de trabalhadores nômades, que se tornam grandes disseminadores da doença, ao serem dispensados quando a contraem.

O próprio superintendente da SUCAM reconheceu esses problemas, que podem ser solucionados "desde que haja recursos financeiros suficientes, informação precisa sobre os assentamentos populacionais e o problema seja considerado como questão social, a fim de envolver outros órgãos e entidades". Nesse sentido ele lamentou que a SUCAM não tenha poder maior de fiscalização e pressão para fazer cumprir os convênios já assinados com várias empresas agropecuárias, e que o próprio conselho do programa Grande Carajás ainda não tenha respondido a uma proposta de convênio encaminhada em maio. Por essa proposta seriam aplicados Cr$ 500 milhões em atividades de controle da malária. *(ESP 6/10, 7/10; FSP 7/10; OG 7/10)*

• Peste bubônica

Confinada, atualmente, no Nordeste, devido ao clima semi-árido, a peste bubônica continua sendo problema na região que compreende cerca de 217 municípios do chamado Polígono das Secas. O Laboratório Central da Peste, localizado no município pernambucano de Garanhuns, afirma que a dificuldade de combate à doença, que só este ano atingiu 75 casos no país, deve-se em parte à resistência do bacilo que sobrevive durante vários meses, mesmo em restos de animais mortos.

A situação assume proporções particularmente sérias no estado da Bahia onde, apesar dos desmentidos do governo do estado, a SUCAM informou a existência de 13 casos de peste — um deles fatal — em sete municípios baianos. Naquele estado, dos 137 municípios considerados focos endêmicos da doença, 58 são cobertos pelo serviço de vigilância epidemiológica da SUCAM. *(Jornal da Tarde 18/9; Isto É 29/9; OG 25/9, 29/9, 16/10)*

• Meningite

O Ministério da Saúde credenciou, através de portaria em 14/10, o Instituto Adolfo Lutz (SP) a prestar assessoria técnica em todos os casos de meningite, criando assim um centro de referência nacional para a doença. O Instituto deverá padronizar a utilização de reagentes, soros e demais produtos usados no diagnóstico das meningites, e orientará a capacitação de técnicos para laboratórios de diagnósticos da doença. *(ESP 14/10)*

• Raiva

Em várias regiões do Ceará, entre elas as do Baixo e Médio Jaguaribe, foi identificado um surto de raiva transmitida pelo morcego hematófago. Os veterinários da Delegacia e Secretaria de Saúde iniciaram a ação de vacinação e captura do animal transmissor e pretendem deflagrar uma campanha visando a eliminação dos focos. *(OG 29/9; Correio Braziliense 29/9)*

• Anemia

Os maiores índices de anemia ferropriva encontram-se nos estados nordestinos, nos quais o consumo de ferro por gestantes e menores de dois anos apresenta um déficit de 25% com relação às necessidades do organismo. Este foi o resultado de pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). Com o objetivo de minorar os efeitos da doença foi criado o Programa de Combate à Anemia Ferropriva em pré-escolares e escolares, prevendo, entre outras medidas, a venda subsidiada de alimentos ricos em ferro através da rede varejista usada pelo governo. *(Correio Braziliense 22/9; Diário da Manhã 30/9)*

• Leishmaniose

Surtos: Cinco pessoas mortas, vinte casos constatados e mais vinte e cinco com sintomas clínicos, é o resultado do surto de leishmaniose visceral no Maranhão. Os dados foram relatados num encontro de médicos, com o objetivo de alertá-los e instruí-los quanto ao diagnóstico e tratamento da doença.

Vacina: Com apoio do Ministério da Saúde e com a aprovação, pela Finep, de um programa de esperimentos até o fim de 1983, prosseguirá o trabalho dos cientistas da UFMG que desde 1973 pesquisam a vacina antileishmaniose tegumentar. O Ministério ressaltou a importância da vacina, pois o país não conta com nenhum imunizante contra a doença, que em 82 atingiu 5.096 pessoas, principalmente na Amazônia, Ceará, Amapá e Pará. A vacina, feita através de substâncias antígenas extraídas do protozoário morto e que estimula a produção de anticorpos, será testada novamente em outubro, em trabalhadores de mineração em Tabocas, na Amazônia. *(Jornal de Brasília 11/09; Tribuna da Imprensa 13/09; Correio de Brasília 11/09; JB 01/10)*

Absorção de tecnologia

Sarampo — vacina brasileira: As primeiras vacinas brasileiras contra o sarampo estão em teste de campo desde 3 de novembro nas cidades de Ribeirão e Palmares, em Pernambuco, e Castanhal e Capanema, no Pará. Conforme seu fabricante, a FIOCRUZ, as vacinas se destinam a combater a maior causa de mortes das crianças entre um e quatro anos, responsável por 50% dos óbitos gerados por doenças infecciosas.

Para a Secretaria Nacional de Ações Básicas em Saúde, do Ministério da Saúde, ainda falta um melhor conhecimento epidemiológico do sarampo para que se possa propor um prazo para a sua eliminação, razão por que o MS não tem como meta a eliminação da doença e sim o aumento da cobertura que já atinge 72% da população alvo, crianças menores de um ano.

Rifampicina fabricada no Brasil: Antibiótico de ampla utilização no tratamento da hanseníase e da tuberculose, teve sua tecnologia de fabricação transferida da Bulgária para a Companhia Brasileira de Antibióticos — Cibran. Metade do valor do acordo, no total de 2,5 milhões de dólares, será pago com a exportação de antibióticos fabricados pela própria Cibran e implicará uma redução de gastos para o Brasil da ordem de 15 a 20 milhões de dólares anuais. *(ESP 09/10)*

Bebê de proveta

O projeto para a realização dos primeiros "bebês de proveta" brasileiros está sendo patrocinado pelo governo do estado de São Paulo, Fundação Safra, Editora Roca, revista *Manchete* e programa *Fantástico* (TV Globo). Milton Nakamura, responsável pelo projeto, estima seu custo entre Cr$ 15 e 20 milhões. Os casais arcarão com as despesas hospitalares, orçadas em torno de Cr$ 750 mil para cada um dos 12 selecionados.

Com a morte de uma das candidatas, Nakamura deverá ser convocado para prestar esclarecimentos no CRM antes da abertura do processo, que terá caráter sigiloso. Publicidade imoderada, quebra de sigilo médico, com a identificação de pacientes, desrespeito à obrigatoriedade de notificar o CRM sobre a presença de médicos estrangeiros exercendo a profissão, além das circunstâncias em que ocorreu o acidente anestésico com a paciente que veio a falecer, são os pontos a serem investigados no processo. *(OG 9/10; FSP 19/10, 21/10)*

Fiscalização: novas propostas

Para discutir os problemas de fiscalização na produção e comercialização de produtos sujeitos à sua área de atuação, representantes das Secretarias de Saúde de 14 estados e alguns territórios realizaram no RJ o Encontro Nacional de Vigilância Sanitária, coordenado pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

Motivados pela experiência de órgãos de proteção ao consumidor, como o Codecon e o Procon, os participantes encarregaram-se de recomendá-los em seus estados, concluindo que seria positivo se esses fossem articulados a uma central única. Além de encaminharem ao Ministério da Saúde pedido de destinação de mais verbas para a construção de laboratórios regionais — o que deixaria o INCQS livre para os casos mais complexos — solicitaram também que a Secretaria de Vigilância Sanitária estimulasse os Estados no sentido de capacitação de pessoal e uso de equipamentos adequados.

• São Paulo

Foi criado em São Paulo o Sistema Integrado de Fiscalização Sanitária que contará com grupos executivos compostos por um técnico da Secretaria de Higiene e Saúde, um da Administração Regional, um do Ministério da Saúde e um da Secretaria de Saúde do Estado. Esses grupos deverão facilitar a fiscalização pois — ao contrário dos órgãos estaduais, municipais e federais, cada um com áreas de atuação e poderes limitados — poderão fiscalizar e autuar todo e qualquer estabelecimento que forneça gêneros alimentícios.

• Rio de Janeiro

Já no Rio de Janeiro, o Secretário Municipal de Saúde declarou que a fiscalização das feiras livres demorará a acontecer, mas informou que está sendo elaborada uma resolução que estabelece as áreas de competência das Secretarias Municipais da Fazenda e da Saúde, além de fixar o valor das multas a serem aplicadas. *(FSP 2/10; JB 30/9; Tribuna da Imprensa 13/9; OG 18/9).*

Mexilhões contaminados

Mexilhões e vôngoles, colhidos no Rio de Janeiro e vendidos normalmente em São Paulo, acusaram contaminação por cádmio e mercúrio, metais pesados que podem provocar problemas renais, hepáticos e coronários e que, se ingeridos em grande quantidade, podem acarretar deformações, tumores malignos e até a morte. O exame das amostras — colhidas por um repórter — revelou que a concentração de cádmio em um quilo de vôngole com concha chegou a 2,3mg, quando o máximo estabelecido pela OMS é de 1mg por quilo. No vôngole limpo chegou a 1,9mg e no mexilhão sem concha a 2mg. *(OG 17/9)*

Nova lei para transplantes

Já está no Congresso projeto de lei do governo estipulando que qualquer pessoa, vítima de morte natural ou violenta, poderá ter órgãos ou partes do seu corpo retirados para transplante ou fabricação de medicamentos. Para que isso não aconteça caberá ao indivíduo manifestar essa posição por escrito em um adesivo, a ser colocado em seus documentos de identidade. Nos casos omissos as famílias dos mortos terão um prazo para manifestar-se; caso silenciem a intervenção poderá ser realizada.

Rebatendo críticas a esse projeto, Edelberto Luís da Silva, consultor jurídico do Ministério da Saúde, menciona que essa prática já é adotada na França, Espanha, Itália, Alemanha e Suécia. Argumenta ainda que o governo poderia economizar Cr$ 3 bilhões anuais se dispuzesse de rins suficientes para transplante, evitando a hemodiálise que mantém vivos cerca de cinco mil doentes atualmente. Outro exemplo é o caso das córneas para transplante, através das quais muitas pessoas cegas poderiam passar a enxergar, "participando assim da atividade econômica e deixando de onerar a folha de pagamento de pensões do INPS". Também o presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, Emil Sabbaga, classificou as críticas ao projeto de precipitadas e injustas: "ataques sem base, por quem não tem conhecimento exato do problema, podem destruir o esforço de uma década, pois esse projeto era sempre engavetado, por não render dividendos políticos". (ESP 14/10, 19/10; OG 14/10; JB 14/10; FSP 15/10, 16/10)

Amamentação

Leite materno x leite em pó: *Dois anos após o início do programa de aleitamento materno, os primeiros resultados já se fazem notar, segundo Yeda Paschoal de Oliveira, presidente do Grupo Técnico Nacional de Aleitamento Materno. "A Nestlé já não distribui o produto em hospitais de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, estados que baixaram portaria proibindo essa distribuição."*

A implantação de bancos de leite em São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal; o "alojamento conjunto" (mãe e bebê no mesmo ambiente) na maternidade da Secretaria de Saúde do Recife, que reduziu a zero doenças de berçário como diarréia, infecção respiratória e doenças de pele; além da próxima entrada em vigor, no Brasil, do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, aprovado pela OMS em 1981, são três outras importantes conseqüências desse mesmo programa. (ESP 1/10; JB 1/10)

Licença: *Quando a mulher assalariada não dispuser de local próprio para amamentação em seu trabalho, passará a ter uma licença remunerada de seis meses. Com essa decisão, ao julgar dissídio dos empregados em empresas cinematográficas, o Tribunal Superior do Trabalho reformulou seu entendimento anterior, de que a execução dessa obrigatoriedade legal era assunto administrativo, da competência do Ministério do Trabalho.* (FSP 22/10)

Controle de alimentos

A Comissão Interministerial de Saúde e Agricultura, criada para rever a legislação depois dos casos de botulismo no RJ, enviou três resoluções aos Ministérios da Agricultura e da Saúde, estabelecendo novas normas para a produção e comercialização dos produtos alimentícios. Assim, além de exibir a data de fabricação, os produtos deverão indicar o prazo de validade. As datas de fabricação, quase sempre colocadas de maneira ilegível — seja pelos borrões ou pela alteração na ordem do dia, mês e ano — deverão ter também nova regulamentação. As resoluções proíbem ainda o uso de eritrozina (corante químico) em derivados de carne e determinam a instalação, à vista dos consumidores, de termômetros em geladeiras e refrigeradores, onde são acondicionados os produtos. *(Tribuna da Imprensa 27/09; OG 13/10, 16/10)*

Cosméticos clandestinos

Alergias, queimaduras, irritação na pele, queda de cabelo e problemas de visão são problemas que cosméticos e perfumes não registrados estão trazendo à saúde do consumidor. Isso — esclarece a Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Cosméticos (DICOP), do Ministério da Saúde — se deve ao grande número de empresas-pirata atuando no setor. Para facilitar a fiscalização, o DICOP criou um cadastro das empresas autorizadas e está incentivando os consumidores a denunciarem produtos sem carimbo oficializado. Findo, em outubro, o prazo para as empresas regularizarem sua situação, o cadastro atualizado será publicado no *Diário Oficial. (OG 3/10)*

Queda na agricultura deve-se ao café

Segundo estimativa do IBGE, o produto da lavoura deverá cair 5,39% este ano, depois de crescer 8,7% em 1981 e 9% em 1980. Computando-se ainda a previsão de uma queda de 3,3% na pecuária, a queda da produção agrícola será de 4,4% ao final do ano.

A análise sobre o comportamento dos produtos agrícolas aponta na queda da produção cafeeira uma explicação que relativiza a importância da queda do produto em números absolutos. Como está prevista uma redução de 50% na produção do café, e na medida em que seu peso no produto final é alto (20%), este produto determinará sozinho uma queda de 10,2% no produto global da lavoura. O que significa, portanto, uma expansão dos demais produtos. Em relação ao ano passado, ocorre agora o inverso: em 1981 quase todos os produtos pesaram negativamente, mas o avanço do café, refletindo em mais 10% no produto, garantiu um crescimento da lavoura em 8,7%.

Quanto aos demais produtos, a produção do trigo deverá passar de 2,19 milhões de toneladas em 1981 para 3,24 milhões neste ano, sendo este o maior aumento relativo (mais 47,8%). A produção do feijão deverá crescer em 31,8%, passando de 2,3 milhões para 3 milhões de toneladas. O arroz deverá passar de 8,3 milhões para 9,7 milhões de toneladas (mais 17,4%); o cacau de 304 mil para 334 mil toneladas (9,9%); a cana de açúcar de 155,6 milhões para 166,9 milhões de toneladas (7,2%); e o milho, de 21,1 milhões para 21,9 milhões de toneladas (4%).

Tomando-se como referência apenas o conjunto da safra de grãos (arroz, milho, soja, trigo e feijão), o aumento previsto é de 50,6 milhões de toneladas, superando em 3,6%, ou 1,8 milhões de toneladas, a safra anterior.

Quanto ao setor pecuário, as previsões pouco otimistas basearam-se no comportamento verificado de janeiro a maio do corrente, quando houve um decréscimo global de 3,3%, referente ao recuo de 0,5% no abate e de 9,3% na produção de leite. A produção de suínos também caiu (10,8%), registrando-se aumento apenas na produção de aves, cujo crescimento foi de 15,5%. *(GM 01/10)*

Leite: reajustes

Produtores e representantes de cooperativas de leite de todo o país estão reivindicando junto ao Ministério da Agricultura, entre outras medidas, o *reajuste trimestral* dos preços ao consumidor. Outra exigência dos produtores é a de baixar o teor de gordura do leite de 3,2% para 3%, o que parece já estar em prática há alguns meses. Consta ainda da mesma pauta de reivindicações uma proposta de financiamento para estocagem do produto e seus derivados, no total de Cr$ 37,3 bilhões. Com essa verba os produtores pretendem estocar 30 mil toneladas de leite em pó desnatado, dez mil toneladas de leite em pó integral, 15 mil toneladas de queijo e dez mil toneladas de manteiga. *(ESP 27/10)*

Bóias-frias

A prefeitura de Curitiba assinou convênio com o BNH para implantação de 50 "comunidades urbanas agrícolas", nos moldes de duas existentes há mais de um ano, abrangendo 320 famílias. Nesse programa, cada família recebe lotes de 5 a 10 mil metros quadrados para culturas de subsistência, nos moldes dos planos do BNH para rendas entre um e dois salários mínimos, com carência de três a quatro anos. Segundo o prefeito Jaime Lerner, a viabilidade do projeto está comprovada já que todas as famílias instaladas pagaram suas casas, construídas nos lotes, com o resultado do plantio. Para Lerner, o projeto, que visa garantir a qualidade de vida no campo, fixando o homem à terra e oferecendo boas condições de trabalho, saúde, habitação e alimentação, deverá resolver o problema de 450 mil bóias-frias do Paraná, e "é um meio de se conter a migração violenta, não só no Paraná mas no Brasil inteiro". *(GM 5/10)*

Custo da alimentação

Pesquisa feita pelo Instituto de Nutrição da UFRJ, em setembro, mostra que uma família de quatro pessoas não gastaria menos do que Cr$ 22.182 por mês com alimentação, aos preços de mercado no Rio de Janeiro, para consumir a dieta alimentar mínima recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Tomando por base um casal, uma criança de três anos e outra de três meses, em fase de amamentação, os dados levantados apontam que a alimentação do pai custaria Cr$ ... 8.175, a da mãe amamentando Cr$ 8.769 e a da criança de três anos Cr$ 5.238. *(OG 29/09)*

Canavieiros

Após uma greve legal que paralizou cerca de 7 mil usinas e engenhos, mobilizando os 250 mil canavieiros de Pernambuco, os 45 sindicatos rurais da região acataram o julgamento do dissídio coletivo promulgado pelo Tribunal Regional do Trabalho. Além de confirmar todas as conquistas do acordo de 1979 e de dissídios posteriores, o TRT concedeu dois meses de estabilidade às gestantes (os sindicatos pediam seis meses) e o pagamento do repouso semanal com base no valor da produção e não do salário nominal. Também foi relevante, para os canavieiros, a conquista do salário-família (5% do salário mensal por filho) e o estabelecimento de uma tabela que regula o corte da cana solta, cuja tonelada passará a valer 50% do valor pago pela tonelada da cana amarrada. Os sindicatos pleiteavam uma equivalência de 70%, mas mesmo assim consideraram a decisão do TRT favorável, pois o corte da cana solta, a preços negociados na hora entre trabalhadores e administradores, era visto como uma forma de burla à tabela em vigor para o corte da cana amarrada. O piso salarial fixado pelo TRT foi de Cr$ 28.246,15, contra os Cr$ 29.601 pleiteados pelos sindicatos.

De maneira semelhante, no Rio Grande do Norte, uma greve de três dias, de 30 mil canavieiros, levou a uma decisão que os nove sindicatos da região consideraram favorável: a fixação de um salário mínimo para a categoria, no valor de Cr$ 21.200,00 (contra os Cr$ 30.000,00 pleiteados), foi de qualquer modo um avanço no sentido da unificação das conquistas em toda a região canavieira. *(GM 21/9, 22/9, 27/9, 28/9, 11/10; OG 26/9, 28/9)*

Em vigor o usocapião especial

Nove meses após sua criação por lei, o usocapião especial foi regulamentado pelo decreto 87.620/82, que estabelece um procedimento simplificado para sua efetivação. O interessado deverá preencher um requerimento declarando o seguinte: que ocupa a área há mais de cinco anos, sem disputa; que a área não excede a 25 hectares e está em terra devoluta; que mora na terra e a tornou produtiva com o seu trabalho; descrição do imóvel com suas dimensões aproximadas, terrenos confrontantes, vias de acesso e atividades rurais nele desenvolvidas. Caso o título não tenha sido expedido noventa dias após a entrega do requerimento, o interessado poderá ingressar na Justiça. *(GM 21/09; JB 21/09; GM 24/09)*

EMPREGO, TRABALHO, POLÍTICA SOCIAL

Finsocial começa a ser aplicado

Conforme pronunciamento do próprio Presidente da República em cadeia de rádio e TV, foram aprovados os primeiros programas a obterem recursos do Finsocial, absorvendo Cr$ 60,8 bilhões. Essa primeira liberação abrange o BNH (Cr$ 20 bilhões), o INCRA (Cr$ 14,5 bilhões), o Instituto Nacional de Assistência ao Educando (Cr$ 14,4 bilhões) e o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Cr$ . . . 11,9 bilhões). Está previsto que o Finsocial acumule entre Cr$ 140 e 150 bilhões em 1982, e no mínimo Cr$ 250 bilhões em 1983.

Alimentação: O INAN aplicará Cr$ 7,5 bilhões na ampliação do seu programa Nutrição e Saúde de complementação nutricional de gestantes, nutrizes e pré-escolares menores de sete anos, aumentando o número de seus beneficiários de 2,5 para 4 milhões. Os Cr$ 4,4 bilhões restantes serão aplicados no Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos, possibilitando um atendimento a 5 milhões de pessoas. Hoje ele beneficia apenas 500 mil pessoas, nas periferias de Pernambuco, Piauí, João Pessoa, Natal e Maceió. Seu objetivo é baratear e racionalizar o varejo nas periferias das grandes cidades, subsidiando onze alimentos básicos.

Supermercados x Cobal: Essas perspectivas de crescimento da COBAL e da rede Somar parecem ter assustado a Associação Brasileira de Supermercados, a ponto de seu presidente, João Carlos Paes Mendonça, afirmar, na abertura da 16ª Convenção Nacional das Empresas de Supermercados, que "a Cobal deve existir, mas não deve agigantar-se", concluindo por oferecer a rede privada para os programas de distribuição de alimentos patrocinados pelo Finsocial: "Esse serviço que nos propomos a prestar, com nossa capacidade implantada, evitará custos adicionais de instalação, para o governo ou para a estatal distribuidora, o que reverterá em economia para o consumidor final."

Tal possibilidade, porém, foi imediatamente descartada pelo Ministro da Agricultura Amauri Stabile, para quem os recursos do Finsocial não serão utilizados para beneficiar empresas privadas, mas sim para a expansão das centrais da COBAL.

Critérios: A aplicação dos recursos do Finsocial, segundo seu superintendente, dificilmente se afastará das cinco áreas estabelecidas: alimentação, saúde, educação, habitação e apoio aos pequenos produtores. A esse critério, o diretor de programas sociais do BNDES acrescentou três princípios gerais que deverão orientar os programas do Finsocial: 1) conter o fluxo migratório oferecendo melhores condições de assistência social no interior; 2) elevar as condições de reprodução da força de trabalho, garantindo mão-de-obra apta para o sistema produtivo; 3) combinar a oferta de serviços e assistência à população com a criação de maior capacidade de produção. Como exemplo desse último princípio foram citados os programas de alimentação que também têm por finalidade gerar condições para elevar a produção de alimentos por parte do pequeno produtor. *(FSP 14/9, 15/9, 21/9; OG 15/9, 21/9, 29/9; GM 21/9, 8/10; JB 21/9, 29/9, 16/10, 31/10; ESP 29/9, 5/10, 15/10)*

Desemprego cai

Segundo o IBGE a taxa média de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas foi, em agosto, de 5,8%, ou seja 728.800 desempregados em uma população economicamente ativa de 12.599.000. Isso significa que, em agosto, havia 216.800 desempregados no Rio (5,59% de taxa de desemprego); 291.400 em São Paulo (5,71%); 67.400 em Belo Horizonte (6,38%); 57.400 em Porto Alegre (5,55%) 38.700 em Salvador (5,79%); e 57.300 em Recife (6,99%).

Por esses dados o desemprego teria subido em São Paulo e Porto Alegre, mas diminuído nas outras cidades. Já em setembro a taxa média de desemprego caiu para 5,47%. A queda ocorreu em todas as seis regiões metropolitanas pesquisadas: 5,06% no Rio; 5,57% em São Paulo; 5,01% em Porto Alegre; 5,76% em Belo Horizonte; 6,82% no Recife; e 5,69% em Salvador. *(GM 30/9; JB 30/9, ESP 29/10)*

Acaba o Pis?

A Confederação Nacional da Indústria propõe a transformação do PIS no Programa de Participação no Desenvolvimento Nacional, cujo conselho de administração seria composto por três representantes do governo (Fazenda, Trabalho e Planejamento), três das empresas e três dos trabalhadores. A contribuição das empresas seria reduzida a 0,5%, contra os atuais 0,75%, sobre o montante das vendas ou dos serviços prestados, complementada com a dedução de 5% do imposto de renda devido. O número de contribuintes seria ampliado, incluindo os trabalhadores autônomos e as pessoas jurídicas controladas pelo Estado, lucrativas ou não. E os trabalhadores perderiam o direito de retirar anualmente os rendimentos das aplicações, de receber o 14º salário e de fazer saques no casamento: a eles só seriam permitidas retiradas a cada cinco anos e no limite de 50% do saldo existente.

Tais sugestões são questionadas no próprio meio empresarial. O vice-presidente da Federação das Indústrias do RS argumenta que "não é recomendável que se tire do trabalhador um direito que ele julga ser seu", apontando para os riscos da proposta provocar tensões sociais. O próprio vice-presidente da CNI, Paulo Vellinho, vê a proposta com ceticismo, pois tem dúvidas sobre a efetiva disponibilidade dos recursos (que já somam mais de Cr$ 2 trilhões), por ter ouvido de autoridades governamentais que até mesmo as captações futuras do PIS já estavam comprometidas. *(FSP 25/9; OG 5/10; GM 07/10, 13/10)*

Prevenção de acidentes

"São cifras impressionantes", advertiu o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, na abertura do XX Congresso de Prevenção de Acidentes de Trabalho, ao estimar que 6,5% das pessoas que trabalham sofrem acidentes anualmente, perfazendo um total de 2,8 milhões de acidentados ao ano, incluindo-se aí 1,5 milhão de acidentados não segurados. Um assessor do Ministério do Trabalho calculou que a Previdência Social gastou, em 1981, Cr$ 60 bilhões com acidentes de trabalho, enquanto que seus custos indiretos (perdas de matérias-primas, danificação de máquinas, interrupção da produção etc.) chegaram a Cr$ 240 bilhões. Dessa forma, se os Cr$ 1,2 bilhão que o governo investirá este ano em programas de prevenção significarem a redução de 17 mil acidentes, o investimento já terá sido vantajoso para a caixa da Previdência Social. Para os técnicos do Ministério do Trabalho isso justifica a "determinação prevencionista" daquele órgão, que duplicará, para o próximo ano, a dotação orçamentária da Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho).

Por outro lado, o presidente do Sindicato de Trabalhadores na Construção Civil de Belo Horizonte, ao comentar o aumento dos casos de morte, apesar do menor registro de acidentes de trabalho em sua categoria, sugeriu, para coibir as atitudes empresariais que prejudiquem a prevenção dos acidentes de trabalho, que esses sejam incluídos no Código Penal como crime culposo, a exemplo do que ocorre com os acidentes de trânsito. *(GM 17/09, 29/09, 01/10; ESP 19/09)*

LIVROS, REVISTAS, BOLETINS

Boletim epidemiológico

Publicado quinzenalmente pela Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP), o Boletim Epidemiológico é a principal fonte regular de dados epidemiológicos no Brasil. Os dados relativos às doenças de notificação compulsória (hanseníase, tuberculose, malária, coqueluche, difteria, febre tifóide, meningites, poliomelite, raiva humana, sarampo e tétano) e às doenças sujeitas à vigilância internacional (cólera, febre amarela, peste e varíola) são sistematicamente apresentados por período de notificação e pelos totais acumulados no ano. Cada exemplar publica ainda trabalhos relativos às principais doenças de interesse na área da saúde pública. Para maiores informações, a Divisão de Epidemiologia — FSESP está localizada na Av. Rio Branco, 251 — 12º andar, Caixa Postal 1530, Rio de Janeiro — RJ.

Pós-gradução em saúde coletiva no Brasil

Dezesseis programas de Residência, com um total de 130 vagas no primeiro ano; 13 Cursos de Especialização, destinados preferencialmente ao pessoal já vinculado a serviços de saúde; e 8 cursos de Mestrado/Doutorado com uma oferta de 40/60 vagas anuais são devidamente esmiuçados pelo catálogo organizado pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva para 1983. Constitui um roteiro imprescindível ao candidato a qualquer um dos cursos, bem como um instrumento de consulta para todos os interessados em saúde coletiva no Brasil. Maiores informações na ABRASCO — Rua Leopoldo Bulhões, 1480 — 3º andar — Manguinhos — CEP 21041 — Rio de Janeiro — RJ — Tel. (021) 270 9699.

Faltam dentistas

Enquanto a Associação Brasileira de Ensino Odontológico solicita que o MEC prorrogue por mais de dois anos interdição de novos cursos da especialização no país, levantamento do Conselho Federal de Odontologia concluído em maio desse ano revelou a inexistência de dentistas em 121 dos 571 municípios de São Paulo, em 207 dos 336 municípios baianos, ao tempo que em Minas Gerais, com 722 municípios, faltam dentistas em 325. A carência de serviços Odontológicos é gritante no Maranhão; lá há um dentista para cada 7073 habitantes, quando a OMS recomenda uma relação de um dentista para cada 1.200 habitantes. Essa proporção só é alcançada em São Paulo (1/1.123), Rio de Janeiro (1/1.139) e no Distrito Federal (1/978). A região Norte tem um profissional para cada 4.671 habitantes; o Nordeste 1/3.672; no Centro-Oeste, incluindo Brasília, a relação é de 1/2.026; no Sudoeste tem-se um dentista para cada 1.257 habitantes; e no Sul a cada 1 dentista correspondem 1.711 habitantes.

A concentração desses profissionais é intensa: 10.135 dentistas estão na cidade de São Paulo, isto é, 45,5% dos profissionais do Estado; na cidade do Rio de Janeiro estão 6.539 (66%) dos dentistas Fluminenses. Em Belo Horizonte trabalham 35,5% dos dentistas mineiros, enquanto no Recife estão 70% dos dentistas de Pernambuco. *(FSP 15/9, 11/10, 12/10; OG 8/10; ESP 10/10)*

Reforma tributária

Eliminação do ICM sobre produtos básicos, sua redução nas operações interestaduais; compensação da queda da receita estadual transferindo o IPI para a esfera de competência dos estados (exceto para bebidas, fumo e veículos); compensação da queda da receita federal pela elevação do imposto de renda e redução dos incentivos fiscais. Esses seriam os pontos centrais da reforma tributária em estudo, conforme declaração do coordenador de assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, que defendeu a centralização da arrecadação, sustentando que o importante é a forma de distribuição da despesa pública, com base na idéia de que "os estados e municípios melhor saberão detectar as necessidades de seus cidadãos". *(FSP 20/10)*

Deficiência mental é evitável

A grande maioria dos danos psíquicos "são evitáveis pela aplicação de medidas específicas de saúde e por mudanças básicas das condições de vida", afirmou o Ministro da Saúde na abertura do IV Congresso Ibero-Latino Americano para o Estudo Científico da Deficiência Mental, enfatizando o papel da prevenção, notadamente através dos programas de saúde materno-infantil. Durante os debates destacou-se a desnutrição, em primeiro lugar, a hereditariedade e os problemas durante a gestação e no parto como as principais causas já conhecidas das doenças e deficiências mentais. Os principais conferencistas acreditam que uma política voltada para a prevenção primária (exames pré-natais e assistência materno-infantil) de pouco adiantará enquanto a maioria da população não tiver acesso a condições de vida satisfatórias. *(Correio do Povo 8/10; Zero Hora 10/10; Diário Popular 10/10)*

Habitação: plano para baixas rendas

O BNH lançou um novo plano para famílias com renda até 5 salários mínimos, que prevê o financiamento de até 500 UPC (Cr$ 1,2 milhões atualmente), quando incluir a compra do terreno, ou até 300 UPC (Cr$ 720 mil) só para a construção, com carência durante o prazo contratualmente previsto para a construção. Para a realização desse plano o BNH credenciará como "centrais de material de construção" as empresas comerciais ou industriais que se comprometerem a garantir preços mais reduzidos para aqueles materiais. *(FSP 5/10)*

Pró-Sangue intensificado

Instalar centros de hematologia e hemoterapia em todos os estados e territórios, é a meta do Programa Nacional do Sangue e Hemoderivados (Pró-Sangue) até 1984. Com isso, pretende-se não só organizar o abastecimento dos hospitais, notadamente os estatais, mas intensificar as exigências para o funcionamento de entidades privadas no setor, exigindo que elas operem dentro de padrões determinados de higiene e de capacidade para executar testes de controle (basicamente da sífilis e da doença de Chagas), devendo ainda prestar assistência médica para verificação da saúde do doador.

A intensificação do Pró-Sangue pode ser acompanhada pela evolução do seu orçamento: Cr$ 6,3 milhões em 1980; Cr$ 250 milhões em 1981; Cr$ 556,5 milhões em 1982. Para 1983 está previsto um orçamento de Cr$ 1,05 bilhão. *(ESP 17/10)*

MEIO AMBIENTE

Rio Tietê

A população do município de Santana do Parnaíba, na Grande São Paulo, conseguiu impedir que o Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE) concretizasse seu projeto de instalar no Vale do Voturuna — que abriga uma intacta mata atlântica — o depósito de dejetos removidos do Rio Tietê, numa área de 748 alqueires. A intenção do DAEE — "vazada" em meados de setembro — levou à criação da Sociedade de Defesa aos Mananciais e Florestas de Santana do Parnaíba e Vale Voturuna e a várias manifestações de repúdio ao projeto, o que "surpreendeu" e "sensibilizou" o Superintendente Oswaldo Iazbeck que resolveu cancelar os estudos e garantir que a população do próximo lugar escolhido será "amplamente consultada". *(FSP 2/10, 5/10)*

Rio Paraíba

O convênio assinado pelo Ministério do Interior, Prefeitura de Volta Redonda e o Departamento Nacional de Obras de Saneamento para a criação do sistema de esgoto do Vale Paraíba foi a primeira medida baseada no decreto presidencial que estabeleceu como área crítica de poluição a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Várias medidas de proteção ambiental e recuperação do rio, entre elas a proibição de implantação ou ampliação de indústrias poluentes na região, inclusive na área urbana de Campos foram também previstas no decreto. Na ocasião, o Ministro do Interior assinou portaria que proíbe o lançamento de vários poluentes no rio e cria o grupo de trabalho encarregado de propor medidas para a implantação da Associação de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Paraíba do Sul. *(UH 15/09; GM 16/09; OG/17/10, 20/10)*

Poluição sonora

A Secretaria Municipal de Planejamento da "cidade mais barulhenta do mundo", o Rio de Janeiro, está revendo as multas aplicadas à poluição sonora e definindo a área de fiscalização municipal, que atualmente está dividida entre vários órgãos estaduais e municipais. Para que a Prefeitura possa definir medidas de prevenção e punição à poluição sonora, está sendo elaborado, desde de 1980, um mapa acústico que já conta com 130 zonas de barulho, devendo chegar a 300 até o fim do ano. Além disso é necessário adequar as normas municipais à portaria do Ministério do Interior, de julho de 1980, que estabeleceu os níveis máximos de tolerância, visto que a nível municipal a tolerância de 85 decibéis ultrapassa em 15 pontos a legislação federal. Essas normas deverão incluir o aumento das penalidades a multas mínimas de Cr$ 3.500 e máximas de Cr$ ... 17.500 que mostram-se ineficazes no combate à poluição. *(JB 16/10)*

Inventário florestal no Sul

• O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) está realizando, em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina, um levantamento sobre a cobertura florestal dos estados brasileiros. O inventário florestal deverá terminar até o final do ano mas já conta com os dados sobre a região sul, que apontam o Rio Grande do Sul como o estado mais pobre dessa região, pois de uma área de 28 milhões de hectares apenas 6,4% constitui sua área verde, seguido pelo Paraná com 18,89% e Santa Catarina com 30%.

O presidente do IBDF revelou a existência de um déficit de 20 mil hectares entre o volume de desmatamento e o plantio anual no Rio Grande do Sul, manifestando-se ainda surpreso com o consumo da madeira como alternativa ao óleo combustível. Afirmou que o IBDF pretende recuperar as florestas do Estado, o que só seria possível com o apoio do governo estadual e da iniciativa privada, visto que, em 1982, o orçamento do IBDF foi insuficiente e ignora-se o de 1983. *(GM 01/10)*

• No Paraná, as agressões ao meio ambiente são constantes e vêm causando sérios danos ao Estado. Conforme denúncias apresentadas pelo prof. José Bigarela, da Universidade Federal do Paraná, a extinção quase total da cobertura verde original, além de provocar transformações no microclima da região, vem causando o entulhamento do porto de Paranaguá, o que dificulta sua utilização.

A despreocupação com a ecologia acontece, inclusive, no aproveitamento hidroelétrico do estado: Segundo a Cia. Paranaense de Energia Elétrica, se todos os projetos previstos forem executados, o Paraná terá cerca de 300 mil hectares de suas terras agricultáveis inundadas para a construção de represas, o que significará um prejuízo de 300 bilhões de cruzeiros, visto que o estado consumiria apenas 4% da energia gerada. *(FSP 12/09, 25/09, 28/09; OG 28/09)*

Anencefalia: polêmica sem solução

Em Cubatão, três pesquisas distintas estão em andamento procurando determinar a relação existente entre a poluição do ar e os casos de anencefalia em fetos. O grupo de pesquisas mais antigo, o Projeto Cubatão, trabalha na região há um ano em convênio com a Prefeitura e, apesar de não ter apresentado suas conclusões finais, sugeriu que a presença excessiva de benzeno na atmosfera pode relacionar-se com os casos de anencefalia. O segundo grupo, formado recentemente com apoio do CNPq, está em fase inicial de trabalho. A terceira pesquisa, realizada pelo prof. Reinaldo Azoubel, da USP, afirmou serem os casos de anencefalia causados pelo excesso de dióxido de enxofre na atmosfera do município.

Entretanto, na área de Vila Parisi, com um índice de poluição considerado de emergência pela própria CETESB, as autoridades de Cubatão não tomaram qualquer medida preventiva de proteção à população e atribuem à subnutrição os casos de anencefalia. *(OG 14/09; Veja 15/09; JB 17/09, 18/09; ESP 16/09, 17/09, 28/09, 17/10)*

Água e esgoto: índices bem melhores: De 1970 para 1980, o número de brasileiros servidos por esgotos sanitários cresceu de 11 milhões para 25 milhões, enquanto o abastecimento de água que atingia 20 milhões de pessoas passou a atingir 65 milhões, isto é, 81% da população urbana brasileira. Os dados são do Ministério do Interior que estima que, em 1990, cerca de 90% dos habitantes das cidades disporão de água potável e 65% de esgotos sanitários adequados. *(OG 10/10)*

Corte de verbas

A Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) multou a Petrobrás em Cr$ 3,5 milhões — multa máxima — por não ter adotado as medidas de controle recomendadas à Refinaria de Duque de Caxias, RJ. A intimação baseou-se nas queixas dos moradores da Ilha do Governador, sobre "os problemas causados por emanações gasosas, acompanhadas de fortes odores", e nas inspeções realizadas por técnicos da FEEMA. Segundo fonte da FEEMA, com o corte de verbas para as estatais, o setor mais atingido foi o de controle da poluição, o que acarretou vários danos ao ar e à Baía de Guanabara. *(OG 20/10)*

SÚMULA é uma publicação do projeto Reunião, Análise, Difusão de Informação sobre Saúde (RADIS), desenvolvido na Escola Nacional de Saúde Pública — Fundação Oswaldo Cruz, com o apoio da Secretaria de Ciências e Tecnologia do Ministério da Saúde. As opiniões aqui expressas não representam necessariamente a posição oficial da instituição. Fontes: *O Globo* (OG); *Jornal do Brasil* (JB); *Estado de São Paulo* (ESP); *Folha de São Paulo* (FSP); *Gazeta Mercantil* (GM); *Veja; Isto É*. Colaboraram neste número: Gustavo F. Bayer; Janine M. Cardoso; Luiz Carlos Rotberg; Pedro R. Barbosa; Raquel A. Pêgo; Alberto Schprejer; Sérgio Goes de Paula (Coordenador do Projeto RADIS). Diagramação: Ângela Monteiro. Revisão: Maria de Fátima Barbosa.

Previdência sem futuro?

Ao tomar posse como secretário de Estatística e Atuária do Ministério da Previdência, Raimundo de Peliciano Carneiro afirmou que as projeções demográficas indicam que o atual sistema previdenciário só será viável por mais 20 ou 25 anos. A partir daí será necessário modificar especialmente a estrutura dos benefícios, devido à duplicação do volume de aposentados até o ano 2010, que passará dos atuais 3% para 6%. O novo secretário prevê um crescimento da massa ativa da população que deverá atingir 67%, levando a um aumento de 10% no volume dos contribuintes, enquanto que o número de dependentes deverá cair, acompanhando a queda no índice de natalidade.

Previsão semelhante é feita por Roberto Macedo, professor de economia da USP, ao assinalar que a queda na taxa de natalidade e o crescimento da expectativa de vida resulta na "diminuição da taxa de crescimento da força de trabalho, provocando a diminuição dos contribuintes e a ampliação do período em que os pensionistas e aposentados permanecem recebendo seus benefícios". Isso levaria a outra crise da previdência, "a menos que o Brasil revele um comportamento atípico, aumentando substancialmente o nível de emprego e as remunerações". *(ESP 23/09; FSP 09/10)*

Orçamento cresce

O Ministério da Previdência encaminhou a proposta orçamentária do SINPAS para 1983, que prevê um total de Cr$... 5,8 trilhões, correspondendo a uma elevação de 106% com relação aos Cr$ 2,8 trilhões de 1982. Da receita global, Cr$ 5,5 trilhões serão provenientes da receita própria, constituída em sua quase totalidade pelas contribuições previdenciárias.

As despesas estão orçadas em Cr$ 5,7 trilhões, tendo sido criada uma reserva de contingência de Cr$ 103 bilhões. O INPS absorverá a maior parte das despesas: Cr$ 4,3 trilhões, correspondendo a 104,6% da sua dotação de Cr$ 2,1 trilhões para 1982. A parcela que o INPS terá que gastar com o pagamento de aposentadorias e outros benefícios será de Cr$ 4,1 trilhões. O INAMPS receberá Cr$ 1,2 trilhão, correspondendo a um aumento de 98,8% em relação ao orçamento de 1982, enquanto que ao IAPAS caberão Cr$ 150 bilhões (85,1% em relação a 1982), à LBA Cr$ ... 65 bilhões (110,9% em relação a 1982), e à FUNABEM Cr$ 21 bilhões (90,9% sobre 1982). *(GM 30/9; OG 30/9; JB 30/9; FSP 30/9)*

Morre Gentile de Mello

O médico sanitarista Carlos Gentile de Mello morreu dia 27 de outubro último, aos 62 anos, vítima de enfarte. Em seu último artigo, publicado em 28/10 pela Folha de São Paulo, *comentava a proposta do presidente da Federação Nacional dos Médicos, de reduzir 50% das vagas nas escolas de medicina: "diminuir igualmente em 50% as vagas na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo como na Faculdade de Medicina de Valença (RJ), além de representar uma efetiva contribuição à implantação do ensino pago, constitui, no mínimo, uma insensatez".*

Atento a todos os aspectos da questão da saúde coletiva no Brasil — desde a formação dos médicos, como se vê no excerto acima, passando pelos problemas administrativos, até às raízes sócio-econômicas da política de saúde — Gentile de Mello se viu nacionalmente reconhecido pela agudeza e contemporaneidade de sua crítica ao modelo de medicina previdenciária adotado no Brasil. Entendia — e denunciava sistematicamente — que a forma de remuneração dos hospitais particulares conveniados do INAMPS, baseada no pagamento por Unidade de Serviço, induz ao superfaturamento e à proliferação de atos médicos desnecessários, provocando a exaustão dos recursos destinados à assistência médica.

Autor dos livros Saúde e Assistência Médica no Brasil, *de 1977,* O Sistema de Saúde em Crise, *de 1981, e* Medicina Popular, Saúde Oficial, *de 1982, em co-autoria com Douglas Carraro, foi através de seus cerca de 300 artigos, publicados nos principais jornais do país, que ele mais influenciou a discussão pública sobre a questão da saúde no Brasil. Conferencista, Carlos Gentile de Mello pronunciou palestras em cursos de saúde pública, escolas e universidades, entidades sócio-profissionais em todo o Brasil, "nas quais expunha suas idéias com clareza, sem nunca perder a esperança de ver algumas delas colocadas em prática", como reconhece José T. Fiusa Lima, Superintendente de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), do Ministério da Saúde, em artigo no* Jornal de Brasília *(28/10). Nesse mesmo artigo, Fiusa Lima, com propriedade, afirma que Gentile de Mello "morreu... sem que conseguisse concretizar seu grande sonho, que era o de uma assistência médica mais justa, mais humana, que viesse de fato a beneficiar a maioria de nossa população".*

Carlos Gentile de Mello formou-se em 1943 pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi secretário e vice-presidente da Associação Médica (RJ) e membro do Conselho Superior da Sociedade de Medicina e Cirurgia. Era membro titular e colaborador em administração médica e hospitalar do Colégio Brasileiro de Cirurgiões e vice-presidente do Conselho Regional de Medicina. Lecionou Economia e Saúde na Fundação Getúlio Vargas (RJ) e Problemas Brasileiros na Faculdade de Medicina da UFRJ. Esporadicamente dava aulas na Faculdade de Higiene e Saúde Pública, em São Paulo. Estava concluindo seu novo livro Medicina e Realidade Nacional *que, mesmo inacabado, será brevemente publicado pela editora Achiamé.* (FSP 28/10; ESP 28/10; Jornal de Brasília 28/10)

Sigilo médico

Em novembro de 1981, a Provedoria da Santa Casa obteve acórdão do Supremo Tribunal Federal que estabeleceu a apresentação de fichários de pacientes às autoridades jurídicas apenas mediante a presença de peritos médicos, "dentro do próprio hospital". Como essa medida não vem sendo respeitada pelas autoridades, a Associação Paulista de Medicina (APM) orientou médicos e hospitais a não remeterem fichas clínicas ou prontuários de pacientes, em atendimento a exigências de autoridades policiais ou judiciárias, por entender que tal prática é flagrante quebra de sigilo médico, garantido pela legislação. A APM recomenda aos hospitais e aos médicos que procurem o auxílio jurídico disponível nas entidades sócio-profissionais como a própria APM, CRM, Associação de Hospitais etc. Somente a divulgação de doenças contagiosas e a perícia judicial, através de perito médico, constituem situações de exceção em que o acesso à ficha clínica do paciente deve ser facultado à autoridade competente. *(FSP 23/09, 24/09; OG 24/09)*